

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2020

1. Constituição, objetivo e contexto operacional

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, é vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com Sede na Avenida Professor Frederico Hermann Junior, nº 345 – Prédio 12 – 1º andar – CEP 05459-010, São Paulo, SP, tendo sido instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 01.07.86, e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29.09.86, com o objetivo de contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, bem como subsidiar a pesquisa pertinente.

Objetivando o alcance de seus objetivos, a Fundação Florestal conta com aporte de recursos financeiros do Tesouro do Estado, da arrecadação de recursos próprios, decorrentes da exploração racional de produtos e subprodutos florestais – venda de madeira e resina, fruto da doação do Instituto Florestal no âmbito do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (instituído pelo Decreto nº 51.453/2006 e alterado pelos Decretos nºs 54.079/2009 e 65.274/2020); ingressos, hospedagens, cessões de espaços físicos em unidades de conservação para antenas, linhões de transmissão, lojas, restaurantes, eventos e captação de imagens, concessão de áreas de uso público em parques estaduais para exploração pelo setor privado e recursos de compensações ambientais, oriundas da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA, bem como de Convênios, TCCAs e outros instrumentos.

1

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário, Anexo I - Execução de Restos a Pagar Não Processados e Anexo II - Execução de Restos a Pagar Processados, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação, Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as quais foram elaboradas em conformidade com a legislação abaixo, entre outros dispositivos normativos:

- Lei nº 4.320, de 17.03.1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Decreto nº 40.566, de 21.12.1995, que dispõe sobre a implantação no Estado de São Paulo do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM;



- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicada ao Setor Público:
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis; e
- Portarias Conjuntas: STN/SOF nº 6 e STN nº 877, de 18.12.2018, que aprovam os Procedimentos Contábeis da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

As principais práticas contábeis adotadas foram estruturadas e organizadas tendo como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição (válido a partir do exercício de 2019), que define uma estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos relativos ao controle de execução orçamentária, financeira, patrimonial, praticados pelos órgãos e entidades, de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

A Fundação Florestal registra todas as suas operações no SIAFEM – que é o sistema contábil oficial do Estado de São Paulo, de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado, da Secretaria de Planejamento e da Fazenda do Estado de São Paulo, sob o regime de competência, que consiste no reconhecimento das receitas e despesas no momento do fato gerador independentemente do recebimento e do pagamento.

2

Destacamos que todas as informações constantes das demonstrações contábeis, do exercício findo em 31.12.2020, foram extraídas do SIAFEM e concluídas pela Administração da Fundação Florestal, em 30.04.2021.

A Fundação Florestal vem seguindo às normativas emanadas pela Contadoria Geral do Estado e destacamos que avançamos nos procedimentos de provisões de férias e encargos e de contingências passivas e continuamos acompanhando as adequações promovidas no Sistema SIAFEM para o cumprimento das normas internacionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, observada as disposições do artigo 102 da Lei nº 4.320/64, apurando-se déficit ou superávit.

Os Balanços Orçamentários por tipo de administração podem apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois alguns deles não são agentes

arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo dependentes de recursos do Tesouro, como é o caso da Fundação Florestal.

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

3.1. Demonstração da Receita Realizada

DISCRIMINAÇÃO	Valor - em R\$
RECEITAS CORRENTES	61.505.186,35
RECEITA PATRIMONIAL	3.208.769,70
Receitas Imobiliárias:	
Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes;	1.524.695,67
Outorga por concessão de espaço PE Campos do Jordão	138.118,60
Receitas de Valores Imobiliários: rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	1.545.955,43
RECEITA AGROPECUÁRIA	14.666.275,60
Receita da Produção Vegetal do Estado: Venda de madeira, resina e mudas	14.666.275,60
RECEITA DE SERVIÇOS	43.599.071,59
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, mergulho, <i>rafting</i> , entre outras	1.022.184,90
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios (CESP, Petrobras, Transpetro, NTS), TCCAs e outros	11.750.980,16
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA – fonte 083	30.825.906,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.069,46
Restituições de assistência médica e Indenização de Compensação Ambiental	21.242,73
Receitas eventuais e reembolso de ligações telef. particulares	9.826,73
RECEITA DE CAPITAL:	11.710.834,86
Receita Intraorçamentária de Investimentos – CCA – fonte 083	11.710.834,86
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	73.216.021,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO	0,00
SUBTOTAL	73.216.021,21
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	(124.478.406,81)
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(51.262.385,60)

3

A previsão das receitas na Lei Orçamentária Anual é considerada em sua totalidade – 100% da Arrecadação, enquanto que no Balanço Orçamentário é contabilizada somente as Receitas Realizadas – Líquidas e equivalentes a 70% da arrecadação e os percentuais de realização em relação a previsão, ou seja, descontada a DREM - Desvinculação de Recursos dos Estados e Municípios, equivalente a 30% da arrecadação que é transferida à Conta do Tesouro do Estado:

RECEITAS – em R\$ 1	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas líquidas 70%	%	Saldo
RECEITAS CORRENTES	109.268.881	61.505.186	56%	(47.763.695)
Receita Patrimonial	3.774.048	3.208.770	85%	(565.278)
Receita Agropecuária	25.136.949	14.666.276	58%	(10.470.673)
Receita de Serviços	80.339.981	43.599.071	54%	(36.740.910)
Recursos Próprios	14.141.463	12.773.165	90%	(1.368.298)
Receita Intraorçamentária CCA	66.198.518	30.825.906	47%	(35.372.612)
Outras Receitas Correntes	17.903	31.069	174%	13.166
RECEITAS DE CAPITAL	10.219.486	11.710.835	115%	1.491.349
Receita Intraorçamentária. CCA	10.219.486	11.710.835	115%	1.491.349
TOTAL	119.488.367	73.216.021	61%	(46.272.346)

4

A título de avaliação, o quadro a seguir demonstra a previsão e sua realização em 100%, bem como os percentuais de realização.

RECEITAS – em R\$ 1	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas 70%	DREM 30%	Receitas Realizadas 100%	%
RECEITAS CORRENTES	109.268.881	61.505.186	7.449.779	68.954.965	63%
Receita Patrimonial	3.774.048	3.208.770	713.157	3.921.927	104%
Receita Agropecuária	25.136.949	14.666.276	6.285.548	20.951.824	83%
Receita de Serviços	80.339.981	43.599.071	438.079	44.037.150	55%
Recursos Próprios	14.141.463	12.773.165	438.079	13.211.244	93%
Receita Intraorçam. CCA	66.198.518	30.825.906	0	30.825.906	47%
Outras Rec. Correntes	17.903	31.069	12.994	44.063	246%
RECEITAS DE CAPITAL	10.219.486	11.710.835	0	11.710.835	115%
Receita Intraorçam. CCA	10.219.486	11.710.835	0	11.710.835	115%
TOTAL	119.488.367	73.216.021	7.449.779	80.665.800	68%

Diante da pandemia do Coronavírus – COVID 19, destacamos as principais quedas nas receitas realizadas, quais sejam:

3.1.1. Receita Agropecuária: a redução se deu pela queda no preço do quilo de resina praticado no mercado; e

3.1.2. Receita de Serviços – Receita Intraorçamentária da CCA: diante do fechamento dos Parques Estaduais, do teletrabalho e das restrições impostas pela pandemia, a Diretoria da Fundação Florestal, em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, deliberaram por dar andamento aos planos de trabalho aprovados pela CCA e submeter à aprovação daquela Câmara apenas os projetos absolutamente improrrogáveis. Desta forma, os demais planos de trabalhos previstos no planejamento orçamentário para o exercício, ficaram postergados para o momento mais adequado.

3.2. Demonstração das Despesas Empenhadas

DESPESAS POR CATEGORIA DE GASTO E GRUPO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	112.690.613,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.022.506,26
Folha	27.614.128,74
Encargos	8.312.078,46
Indenizações	96.299,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO	76.668.107,69
Vigilância	27.309.404,82
Benefícios	7.635.824,75
Monitoria Ambiental	7.358.139,84
Serviços Terceiros Diversos	6.602.547,88
Portaria	6.058.114,04
Manutenção Predial	5.511.583,33
Indenizações/Restituições	5.083.962,98
Bombeiros Civis	3.325.854,01
Limpeza	2.135.591,58
Utilidade Pública	1.512.762,26
Transportes	1.251.663,36
Manutenção de Veículos e Equipamentos	1.106.001,16
Combustíveis	711.131,93
Estagiários	506.488,66
Material Consumo	395.802,45
Gêneros Alimentícios	82.986,37
Diárias	80.248,27
DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS	11.787.792,86
Obras	9.543.636,86
Equipamentos	2.244.156,00
TOTAL DA DESPESAS	124.478.406,81

5

Despesas por Grupo/Categoria de Gasto e Fontes de Recursos:

Grupo de Despesa	Fonte de Recursos			Total
	001 Tesouro	004/083 Rec. Próprios	007 Oper. de Crédito	
1. Pessoal	36.022.506,26	0	0	36.022.506,26
3. Custeio	14.781.217,25	57.733.813,62	4.153.076,82	76.668.107,69
4. Investimento	0	11.787.792,86	0	11.787.792,86
Total	50.803.723,51	69.521.606,48	4.153.076,82	124.478.406,81

A seguir, demonstramos a execução da despesa empenhada – em valor e percentual, em relação a dotação atualizada, por: Atividades da Fundação Florestal, Compensação Ambiental (CCA – Câmara de Compensação Ambiental/SIMA e Convênios diversos) e do Programa Serra do Mar/BID e Categorias de Gasto:

DESPESA	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%	Saldo
ATIVIDADES FUNDAÇÃO	77.276.578	67.767.941	88%	9.508.637
Pessoal	38.103.224	36.022.506		2.080.718
Custeio	38.796.396	31.368.476		7.427.919
Investimentos	376.958	376.958		0
COMP AMBIENTAL	91.448.157	52.557.389	57%	38.890.768
CCA/SIMA	81.399.604	43.494.168	53%	37.905.436
Custeio	68.321.776	32.083.333		36.238.443
Investimentos	13.077.828	11.410.835		1.666.993
Convênios Petrobras/Cesp/Out	10.048.553	9.063.222	90%	985.331
Custeio	9.960.511	9.063.222		897.289
Investimentos	88.042	0		88.042
PROG SERRA MAR	6.109.978	4.153.077	68%	1.956.901
Custeio	5.449.968	4.153.077		1.296.891
Investimentos	660.010	0		660.010
TOTAL	174.834.713	124.478.407	71%	50.356.306

6

Como mencionado anteriormente, devido às restrições impostas pela pandemia do Coronavírus – COVID-19, envolvendo o fechamento dos Parques Estaduais, o teletrabalho, entre outras, a Diretoria da Fundação Florestal e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, deliberaram por prosseguir com a execução dos planos de trabalho em andamento, mesmo com algumas paralisações e postergar todos os demais projetos, exceto aqueles inadiáveis, como a Operação Corta-fogo. Assim, a execução das despesas com recursos da CCA/SIMA ficou abaixo do previsto, diante da restrição da execução de novos projetos, gerando uma substancial economia orçamentária.

3.3. Déficit Orçamentário

O déficit orçamentário apontado na execução da receita de R\$ 51.262.385,60, se deu em razão dos recursos do Tesouro do Estado (fonte 001), de Operações de Crédito (fonte 007), não figurarem no quadro de Receita Executada, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Fonte	Valor
Despesas com Recursos Próprios	004/083	69.521.606,48
(-) Receita Arrecadada (recursos próprios)	004/083	-73.216.021,21
(=) Saldo de Despesas c/Rec. Próprios	004/083	-3.694.414,73
(+) Despesas empenhadas com Tesouro do Estado	001	50.803.723,51
(+) Despesas empenhadas com Oper. de Crédito	007	4.153.076,82
(=) Déficit Orçamentário		51.262.385,60

Assim, as transferências financeiras do Tesouro do Estado à Fundação Florestal, não constam como receita desta Fundação a fim de não ocorrer duplicidade da receita, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste sentido, a alocação dos recursos do Tesouro do Estado, consignados na Lei Orçamentária (LOA) constam somente na despesa orçamentária e geram o desequilíbrio orçamentário, porém, não representa irregularidade, conforme a Portaria nº 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo nº 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, se comportam os recursos financeiros, provenientes de Operação de Crédito (fonte 007), que não figuram no Orçamento de Receita desta Fundação.

Em resumo, o fato dos recursos nas fontes 001 e 007 não estarem contemplados no quadro de Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultam no déficit orçamentário que, anualmente, se repete no Balanço Orçamentário; entretanto, financeiramente, a Fundação Florestal não realiza despesas sem o devido respaldo orçamentário e financeiro, seja com recursos próprios, de operações de crédito e/ou do Tesouro Estadual.

A seguir, a partir das informações do SIGEO - Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária/SIAFEM, conciliadas os dados do Balanço Orçamentário e dos Anexos 1 e 2 de Execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados, respectivamente, demonstraremos, de outra forma, a origem do déficit orçamentário de R\$ 51.262.385,60.

Legenda	A	B	C = A - B	D	E	F = D + E	G = D - B	H = A - D	I = G + H
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário	Despesas Pagas de 2020	Despesas Pagas de RP de 2019	Total de Despesas Pagas em 2020	Inscrição Despesas em RP de 2020	Receitas (-) Despesas Pg/20	Déficit Orçamentário
001	-	50.803.723,51	(50.803.723,51)	46.192.050,40	5.523.310,22	51.715.360,62	(4.611.673,11)	(46.192.050,40)	(50.803.723,51)
004-044-083	73.216.021,21	69.521.606,48	3.694.414,73	61.157.782,33	9.872.063,09	71.029.845,42	(8.363.824,15)	12.058.238,88	3.694.414,73
047	-	4.153.076,82	(4.153.076,82)	3.514.387,79	1.730.385,68	5.244.773,47	(638.689,03)	(3.514.387,79)	(4.153.076,82)
Total	73.216.021,21	124.478.406,81	(51.262.385,60)	110.864.220,52	17.125.758,99	127.989.979,51	(13.614.186,29)	(37.648.199,31)	(51.262.385,60)

Fontes de Recursos:

- **001** – Tesouro
- **004** – Recursos Próprios da Fundação e de Compensações Ambientais, oriundos de Convênios e de transferências da CCA/FBPRN
- **044** – Superávit Financeiro de Recursos Próprios e de Compensações Ambientais (Convênios e CCA/FBPRN)
- **083** – Transferências Intraorçamentárias da CCA/FBPRN
- **047** – Superávit Financeiro de Operações de Crédito - Serra do Mar/BID

Objetivando a melhor visualização, apresentamos o quadro acima em 3 partes:

Na primeira, a seguir, registramos a Receita Orçamentária Realizada nas fontes 004, 044 e 083 de R\$ 73.216.021,21 (A), conforme consta do Balanço Orçamentário, visto que o Orçamento do Estado e o Sistema SIAFEM não contemplam as Transferências do Tesouro (fonte 001) e nem o Superávit Financeiro de Operações de Crédito (fonte 047); bem como as Despesas Empenhadas nas fontes 001, 004, 044, 083 e 047, no total de R\$ 124.478.406,81 (B), onde apuramos o déficit orçamentário no valor de R\$ 51.262.385,60 (C).

Legenda	A	B	C = A - B
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário
001	-	50.803.723,51	(50.803.723,51)
004-044-083	73.216.021,21	69.521.606,48	3.694.414,73
047	-	4.153.076,82	(4.153.076,82)
Total	73.216.021,21	124.478.406,81	(51.262.385,60)

8

Na segunda parte (abaixo), demonstramos os valores das despesas pagas em 2020, por fontes de recursos e separando as despesas pagas do exercício, daquelas do exercício anterior – inscritas em restos a pagar:

Legenda	D	E	F = D + E
Fontes de Recursos	Despesas Pagas de 2020	Despesas Pagas de RP de 2019	Total de Despesas Pagas em 2020
001	46.192.050,40	5.523.310,22	51.715.360,62
004-044-083	61.157.782,33	9.872.063,09	71.029.845,42
047	3.514.387,79	1.730.385,68	5.244.773,47
Total	110.864.220,52	17.125.758,99	127.989.979,51

Quem?



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- (D) Despesas (empenhadas) e pagas em 2020 - R\$ 110.864.220,52;
- (E) Despesas inscritas em restos a pagar em 2019 e pagas em 2020 - R\$ 17.125.758,99; e
- (F) Total das despesas pagas em 2020 – R\$ 127.989.979,51.

Na terceira e última parte, **demonstramos a composição do déficit orçamentário do exercício de R\$ 51.262.385,60 (I):**

Legenda	G = D - B	H = A - D	I = G + H
Fontes de Recursos	Inscrição Despesas em RP de 2020	Receitas (-) Despesas Pg/20	Déficit Orçamentário
001	(4.611.673,11)	(46.192.050,40)	(50.803.723,51)
004-044-083	(8.363.824,15)	12.058.238,88	3.694.414,73
047	(638.689,03)	(3.514.387,79)	(4.153.076,82)
Total	(13.614.186,29)	(37.648.199,31)	(51.262.385,60)

- (G) Despesas Inscritas em Restos a Pagar de 2020 de (R\$ 13.614.186,29), é o resultado das Despesas Pagas de 2020 R\$ 110.864.220,52 (D), deduzidas das Despesas Empenhadas de R\$ 124.478.406,81 (B);
- (H) é o resultado das Receitas Realizadas em 2020 de R\$ 73.216.021,21 (A), deduzidas as Despesas Empenhadas e Pagas de 2020 R\$ 110.864.220,52 (D); e
- (I) Déficit Orçamentário.

9

3.4. Restos a Pagar

Apresentamos as **Despesas do Balanço Orçamentário:**

Legenda	A	B	C	D	E = A - B
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Correntes	160.631.865,00	112.690.613,95	112.347.491,96	101.828.983,79	47.941.251,05
Pessoal	38.103.224,00	36.022.506,26	36.022.506,26	34.969.254,42	2.080.717,74
Custeio	122.528.641,00	76.668.107,69	76.324.985,70	66.859.729,37	45.860.533,31
Capital	14.202.848,00	11.787.792,86	11.787.792,86	9.035.236,73	2.415.055,14
Investimentos	14.202.848,00	11.787.792,86	11.787.792,86	9.035.236,73	2.415.055,14
Total	174.834.713,00	124.478.406,81	124.135.284,82	110.864.220,52	50.356.306,19

A partir das despesas acima demonstradas, podemos evidenciar o total das **despesas inscritas em Restos a Pagar em 31.12.2019:**

Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Total
RP Não Processados	124.478.406,81	124.135.284,82	-	343.121,99
RP Processados	-	124.135.284,82	110.864.220,52	13.271.064,30
RP Total	-	-	-	13.614.186,29

- Restos a Pagar **Não Processados** = Despesas Empenhadas (-) Liquidadas
- Restos a Pagar **Processados** = Despesas Liquidadas (-) Pagas

3.5. Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário

As despesas inscritas em **Restos a Pagar Não Processadas e/ou Processadas**, constantes dos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário, foram contabilizadas de acordo com a categoria de gasto (pessoal, custeio ou investimentos) e a disponibilidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.

O quadro a seguir, demonstra a posição das despesas de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores em 31.12.2020, contendo:

- Saldos de Despesas Inscritas nos exercícios de 2014 a 2018;
- Despesas Inscritas em 2019;
- Despesas Pagas em 2020;
- Despesas Canceladas em 2020; e
- Saldo em 31.12.2020

10

Legenda	A	B	C	D	F=A+B-C-D
RESTOS A PAGAR – RP	Inscritos em Exer Anterior		Pagos em 2020	Cancelados em 2020	Saldo de Exer Ant em 31.12.20
	2014 a 2018	2019			
Anexo 1 - RP Não Proces	-	207.032,24	195.978,21	11.054,03	-
Custeio	-	177.307,32	166.253,29	11.054,03	-
Investimentos	-	29.724,92	29.724,92	-	-
Anexo 2 - RP Processado	952.940,02	16.944.264,59	16.929.780,78	614.806,15	352.617,68
Pessoal	-	769.988,66	769.988,66	-	-
Custeio	952.940,02	13.353.030,40	13.338.546,59	614.806,15	352.617,68
Investimentos	-	2.821.245,53	2.821.245,53	-	-
TOTAL	952.940,02	17.151.296,83	17.125.758,99	625.860,18	352.617,68
2.014	5.573,98	-	-	5.573,98	-
2.015	629.205,60	-	-	607.939,13	21.266,47
2.016	239.024,27	-	26.025,67	-	212.998,60
2.017	64.722,83	-	-	-	64.722,83
2.018	14.413,34	-	-	-	14.413,34
2.019	-	17.151.296,83	17.099.733,32	12.347,07	39.216,44

Justificamos os cancelamentos das despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2020, no total de R\$ 625.860,18, sendo: R\$ 11.054,03 de RP Não Processados e R\$ 614.806,15 de RP Processados, como segue:

- 3.5.1. O valor cancelado de R\$ 11.054,03 de **Restos a Pagar Não Processados**, se refere ao saldo estimativo inscrito em RP, com as despesas com utilidade pública do exercício de 2019, e não utilizado; e
- 3.5.2. Com relação ao cancelamento de **Restos a Pagar Processados**, no valor de R\$ 614.086,15, dos exercícios de 2014 a 2018, seguem os esclarecimentos por empresa:
 - a. **Falk Serviços Gerais Ltda.**, referente ao exercício de 2014, o valor de R\$ 5.573,98 foi cancelado automaticamente pelo SIAFEM, devido a prescrição de prazo - 5 anos, nos termos do artigo 70 do Decreto nº 93.872 de 23.12.1986;
 - b. **Ticket Serviços S/A**, relativo ao exercício de 2015, o cancelamento no valor de R\$ 607.939,13, se deu por força do encerramento da ação monitória nº 0015780-54.2019.8.26.0053, devido ao reconhecimento da inexistência do suposto debito alegado pela empresa Ticket;
 - c. **Utilidade Pública** (despesas com energia elétrica, água e telefone), o saldo de R\$ 1.293,04, referente ao exercício de 2019, foi cancelado devido as contas de utilidade pública terem sido enviadas em duplicidade; sendo que somente no momento da elaboração da lista de pagamento no SIAFEM, que identificamos a duplicidade de contas, neste momento, a liquidação havia sido efetuada e nos restou apenas proceder com o cancelamento desse valor.

11

3.6. Informações Adicionais

Destacamos que, em 21.12.2017, visando a melhor gestão dos recursos financeiros de Compensações Ambientais depositados no Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, conforme consta na Ata da 89ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA, houve a deliberação para que as transferências dos valores do FPBRN à Fundação Florestal, decorrentes de planos de trabalho aprovados pela CCA, ocorram somente após a efetivação da contratação do serviço e/ou do bem, mediante sua comprovação por meio de Nota de Empenho.

Esse procedimento objetivou a eliminação das devoluções reincidentes de sobras de recursos financeiros em contas bancárias desta Fundação, por economia nos processos licitatórios e/ou cancelamentos de planos de trabalhos, como a devolução ocorrida em 2017.

Destacamos, ainda, que a adoção desse procedimento não elimina a devolução de valores de pequena monta, decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras, apurados entre a data da transferência do FPBRN à Fundação Florestal e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, bem como da devolução de recursos em casos excepcionais, conforme constam do quadro a seguir:

Devolução de recursos financeiros ao FBPRN/CCA	Em R\$
Rendimentos Financeiros – devolvido por Nota de Empenho	5.368,81
Rendimentos Financeiros – devolvido p/Nota de Lançamento	272,01
Devoluções de Rendimentos Financeiros	5.640,82
Valor não utilizado – devolvido por Nota de Empenho	844.765,79
Valor não utilizado – devolvido por Nota de Lançamento	11.998,37
Devoluções de valores não utilizados	856.764,16
Total	862.404,98

3.6.1. Devoluções de Rendimentos Financeiros – R\$ 5.640,82, referem-se a rendimentos de aplicações financeiras, apurados entre a data da transferência do FPBRN à Fundação Florestal e a data do efetivo pagamento ao fornecedor de 10 planos de trabalho; e

3.6.2. Devoluções de valores não utilizados – R\$ 856.764,16, sendo:

R\$ 844.765,79 – relativo ao superávit financeiro do exercício de 2019, decorrente do valor estimado para a medição de obra, no mês de dezembro de 2019, que não se concretizou na mesma proporção da previsão e seria utilizado para o pagamento das despesas de obras realizadas em 2020; entretanto, em razão da Lei Estadual do Ajuste Fiscal nº 17.293/2020, e da indefinição sobre a devolução ou não dos recursos de compensações ambientais ao Tesouro, a Secretaria da Fazenda e Planejamento não autorizou o pedido de crédito suplementar desta Fundação, somente após o entendimento que tais recursos não seriam objeto de transferência ao Tesouro, não restou outra alternativa e procedemos a devolução ao FPBRN/SIMA;

R\$ 11.998,37 – houve a transferência de valores da SIMA à FF para o pagamento de honorários de perito e depósito da oferta para desapropriação de imóvel, determinado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE; entretanto, após diversas tratativas, restou somente a necessidade do pagamento dos honorários do perito e o valor não utilizado de R\$ 11.998,37, destinado para a oferta da desapropriação, foi devolvido ao FPBRN/SIMA.

Vale salientar que a Fundação Florestal efetuou despesas em regime de adiantamento, no total de R\$ 57.676,15, por meio de 151 processos, no valor médio de R\$ 381,96 por adiantamento.

4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, corresponde ao Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 (artigo 103), que demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, conjugados com os Saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

4.1. Receitas e Despesas orçamentárias

As receitas orçamentárias realizadas totalizaram em R\$ 73.216.021,21, enquanto que as despesas orçamentárias importaram em R\$ 124.478.406,81, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem, e estão apresentadas nos quadros do Balanço Orçamentário.

4.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, sejam orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas, conforme quadro a seguir:

Anexo 13 do Balanço Financeiro	
Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos)	432.675.474,30
Transf. Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	432.675.474,30
499.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	432.675.474,30
Transferências Financeiras Concedidas (Dispêndios)	(385.160.716,94)
Transf. Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	(385.160.716,94)
399.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	(385.160.716,94)
Transf. Recebidas (variação entre Ingressos e Dispêndios)	47.514.757,36

13

4.3. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Recebimentos Extraorçamentários: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como:

- Ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- Inscrição de restos a pagar.

Recebimentos Extraorçamentários	13.614.186,29
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	343.121,99
Custeio	343.121,99
Investimentos	0
Inscrição de Restos a Pagar Processados	13.271.064,30
Pessoal	1.053.251,84
Custeio	9.465.256,33
Investimentos	2.752.556,13

Pagamentos Extraorçamentários: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

- a. Obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Pagamentos Extraorçamentários	17.602.934,30
Restos a Pagar Não Processados	195.978,21
Custeio	166.253,29
Investimentos	29.724,92
Restos a Pagar Processados	16.929.780,78
Pessoal	769.988,66
Custeio	13.338.546,59
Investimentos	2.821.245,53
Variação Extraorçamentária – Anexo 13	477.175,31
Ingressos de Transferências Recebidas	41.600.229,30
218810102 – INSS a Recolher CLT	364.774,72
218810104 – INSS a Recolher	89,29
218810901 – Consignações Diversas - SP PREVCON	2.307,36
218811001 – Pensão Alimentícia	15.307,16
499610519 – Classificação de Exercícios Anteriores	41.217.750,77
Dispêndios de Transferências Concedidas	42.077.404,61
113816001 – Valores a Creditar	1.314,76
211430103 – INSS Retido - 11% Lei 9711/98 - sobre prest serviços	277.235,66
218810101 – INSS de Servidores da Adm Direta	367.381,60
218812002 – ISS – Impostos sobre Serviços	105.623,09
218813002 – IRRF de Terceiros - PF/PJ	29.693,86
218814001 – Depósitos e Cauções	2.897,72
211814101 – Depósitos Judiciais	74.783,04
218911301 – Convênios com Entidades Federais	9.306.451,16
218911304 – Convênios com Outras Entidades	31.911.873,11
218911304 – Convênios com Entidades Estrangeiras	150,61

14

4.4. Saldos em Espécie:

Apresentamos os saldos de recursos financeiros, disponíveis em contas bancárias desta Fundação, respectivamente, nas datas de 31.12.2019 e 31.12.2020, provenientes de:

- Recursos Próprios da Fundação – gerados na gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos, lojas e restaurantes; hospedagem,

ingressos, mergulho, vendas de resina, madeira e mudas e rendimentos de aplicação financeira;

- Projetos custeados pela Câmara Compensação Ambiental – CCA da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
- Projetos custeados com recursos de diversos Convênios e outros Instrumentos, decorrentes de Compensação Ambiental;
- Saldo remanescente do contrato de empréstimo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica;
- Caução/Depósito para garantia contratual; e
- Recursos bloqueados por ordem judicial.

Saldo em Espécie	em 31.12.2019	em 31.12.2020	Variação
Total	80.530.618,04	72.794.241,79	(7.736.376,25)
Caixa e equivalentes a caixa	80.304.078,90	72.507.838,64	(7.796.240,26)
Recursos Próprios da Fundação	7.641.346,25	884.425,61	(6.756.920,64)
Programa Ecoturismo/BID	0,00	2.031,11	2.031,11
DREM	0,00	20.472,74	20.472,74
Emenda Impositiva	0,00	300.000,00	300.000,00
Compensação Ambiental/CCA	9.484.424,22	9.258.259,80	(226.164,42)
Comp Ambiental/Convênios divs	51.659.598,41	55.735.488,08	4.075.889,67
Programa Serra do Mar/BID	11.496.107,36	6.288.293,42	(5.207.813,94)
Caução	22.602,66	18.867,88	(3.734,78)
Depósitos Restituíveis	226.539,14	286.403,15	59.864,01
Bloqueio Judicial	226.539,14	286.403,15	59.864,01

15

5. Balanco Patrimonial

5.1. Regime de escrituração

O **Balanco Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanco Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- 5.2. Quadro Principal;
- 5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- 5.4. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- 5.5. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

5.2. Quadro Principal

- 5.2.1. **Ativo** compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- 5.2.2. **Ativo Circulante** compreende os ativos que atendam a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até o término do exercício seguinte, cujos saldos disponíveis, representam 37,7% do Ativo Total. Neste grupo, contabilizamos:
 - 5.2.3. **Caixa:** todos os recebimentos captados pela Fundação, sejam por meio das atividades desenvolvidas na gestão das unidades de conservação, por Convênios, Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, Termos de Ajuste de Conduta e outros instrumentos, que se encontram em contas correntes específicas e respectivas contas de aplicações financeiras;
 - 5.2.4. Demais **Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais):** ordens de restrição emanadas de decisões judiciais para garantia de dívida, somando as contas contábeis: 113.510.05.01 Bloqueios - R\$ 286.403,15 e 113.81.60.01 Valores a Creditar – R\$ 1.314,76 em conta transitória, relativo ao saldo de adiantamento objeto de bloqueio judicial em dezembro de 2020.
 - 5.2.5. **Estoques:** registrado pelo preço de aquisição e representa o estoque no Almojarifado em 31.12.2020.
 - 5.2.6. **Ativo Não-Circulante** compreende os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado (Investimentos) e Intangível.
 - 5.2.7. **Realizável a Longo Prazo - Depósitos Judiciais:** ordens judiciais para depósitos em ações em curso, que podem ser tanto cíveis quanto trabalhistas, registrados por valores nominais.
 - 5.2.8. **Imobilizado:** compreende o total de bens patrimoniais móveis e imóveis:
 - 5.2.9. **Bens Móveis:** destacamos a redução de R\$ 19.262.561,89, em relação ao total do exercício anterior, que se deve a baixa da transferência por doação da aeronave desta Fundação para a Secretaria de Segurança

16



Pública, e as incorporações por aquisições entre: veículos, equipamentos para informática e outros equipamentos e materiais permanentes e demais e baixas do Estoque.

Com relação ao controle dos bens patrimoniais, desde 2019, a Fundação Florestal vem se dedicando à regularização e controle desses bens; para tanto, concluiu o lançamento das informações dos bens no Sistema de Administração de Materiais – SAM, integrado ao Sistema SIAFEM, que promove o controle do registro de bens móveis, bem como os inventários físicos e os Termos de Responsabilidade.

Neste momento, resta a atualização dos valores dos bens patrimoniais a preços de mercado ou residual, a ser viabilizada por meio de empresa especializada que será contratada para esta finalidade e apuração das depreciações dos itens do ativo imobilizado para o efetivo ajuste contábil no SIAFEM.

5.2.10. **Bens Imóveis:** a variação ocorrida entre os exercícios de 2019 e 2020, se deve a execução de obras de revitalização nos Parques Estaduais: Ilha Anchieta (R\$ 4.722.880,56), Ilha do Cardoso (R\$ 4.094.890,73) e Morro do Diabo (R\$ 668.362,12) e construção de cercos para controle de javalis no Parque Estadual de Vassununga (R\$ 28.751,12) e na Estação Ecológica Jataí (R\$ 28.751,73).

5.2.11. **Intangível:** Os ativos intangíveis – Concessão Direito Uso Comunicação Software, são mensurados pelo seu custo de aquisição ou desenvolvimento, acrescentando que efetuamos o levantamento dos valores devidos e os lançamentos de baixa dos valores residuais de 1999 a 2007 (R\$ 51.423,17), de incorporação dos valores atualizados de softwares (R\$ 90.904,10) e da amortização acumulada (R\$ 5.748,92).

17

ATIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	73.011.575,26
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.2020	72.507.838,64
Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais)	287.717,91
Estoques (Incorporação de materiais)	216.018,71
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.564.052,28
Realizável a Longo Prazo	68.631,15
Depósitos Judiciais	68.631,15
Imobilizado (no exercício: -R\$ 9.718.925,03)	120.410.265,95
Bens Móveis	41.365.673,77
Bens Imóveis	79.612.298,98
Depreciação acumulada	(567.706,80)
Intangível	85.155,18
Concessão Direito Uso Comunicação Software	90.904,10
Amortização acumulada	(5.748,92)
TOTAL DO ATIVO	193.575.627,54

5.2.12. **Passivo** compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.

5.2.13. **Passivo Circulante** se compõe dos valores exigíveis até o final do exercício seguinte, relativos a retenções de encargos (obrigações) trabalhistas, previdenciários e assistenciais, provisão para férias e encargos, fornecedores – restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, depósitos judiciais e, com maior representatividade, os recursos disponíveis de Convênios, Termos e Compromisso e Compensação Ambiental e demais instrumentos, para implantação e execução de atividades estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho.

Destacamos a inclusão da Provisão de Férias e Encargos, posição em 31.12.2020, no valor de R\$ 3.980.809,25.

5.2.14. **Passivo Não-Circulante** compreende os passivos exigíveis após doze meses após a data das demonstrações contábeis, quais sejam: precatórios – administrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e fornecedores objetos de ações judiciais.

5.2.15. **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo:** consta a atualização da **Provisão de Precatórios**, no valor total de R\$ 7.699.700,77, em conformidade com os valores praticados pela PGE; acrescentamos que a Fundação Florestal é parte integrante em questões de natureza trabalhistas, cujas chances de êxito, aliadas a mensuração das decisões e dos pagamentos efetuados nos últimos anos, foram avaliados pela Assessoria Jurídica, cujos resultados expressam a probabilidade de perdas possíveis, no valor estimado de R\$ 3.176.716,53.

5.2.16. **Provisões a Longo Prazo:** a inclusão da **Provisão de Contingências Passivas para Ações Cíveis**, no valor de R\$ 878.836,19.

5.2.17. **Demais Obrigações a Longo Prazo:** baixa do valor provisionado de R\$ 862.202,32, em conformidade com o Acórdão do Tribunal de Justiça que julgou extinta a ação movida pela empresa Uniforce e a manutenção da provisão para a empresa Teletra, no valor de R\$ 1.547.984,00.

5.2.18. **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos e após a dedução de todos os passivos, no valor total de R\$ 164.942.189,02, composto pelo Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e Resultados Acumulados (do exercício e de exercício anteriores) de R\$ 121.343.958,87, sendo que o Resultado do Exercício foi de R\$ 21.598.864,51.

18

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	18.506.917,56
Obrig Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar a Curto Prazo	4.681.398,68
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assistenciais (INSS)	448.126,01
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assistenciais (IRRF - RP)	252.463,42
Provisão de Férias e Encargos	3.980.809,25
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (RP)	13.371.218,56
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar do Exercício	13.018.600,88
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	352.617,68
Demais Obrigações a Curto Prazo	454.300,32
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	10.126.520,96
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	7.699.700,77
Provisão de Precatórios/PGE	7.699.700,77
Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas	878.836,19
Provisão de Contingências Passivas – Ações Cíveis	878.836,19
Demais Obrigações a Longo Prazo (Fornecedor)	1.547.984,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	164.942.189,02
Patrimônio Social	43.598.230,15
Resultados Acumulados	121.343.958,87
Resultado do Exercício (Variação Patrimonial)	21.598.864,51
Resultado de Exercícios Anteriores (Acumulado)	99.130.288,21
Ajustes de Exercícios Anteriores (cancelamentos de RP)	614.806,15
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	193.575.627,54

19

5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os grupos de contas dos ativos e passivos financeiros e permanentes e saldo patrimonial, de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64.

5.3.1. **Ativo Financeiro** composto as contas representativas de disponibilidades, ou seja, créditos em disponíveis e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, em curto prazo.

5.3.2. **Ativo Permanente** compreende todos os valores fixos, como bens móveis e imóveis, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

5.3.3. **Passivo Financeiro** é representado pelas dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

5.3.4. **Passivo Permanente** compreende as dívidas fundadas e outras, a longo prazo, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	
ATIVO (I)	Exercício Atual
Ativo Financeiro	72.864.187,70
Ativo Permanente	120.711.439,84
Total do Ativo	193.575.627,54
PASSIVO (II)	
Passivo Financeiro	14.869.230,30
Passivo Permanente	14.107.330,21
Total do Passivo	28.976.560,51
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)	164.599.067,03

5.4. Contas de Compensação

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Instituição (possui a função específica de controle contábil dos direitos e obrigações – bens, valores, obrigações, cauções, convênios, contratos, dentre outros atos administrativos). Os valores dos ativos potenciais já executados não devem ser considerados.

20

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	
Direitos Conveniados e outros instrumentos	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Obrigações Contratuais	(150.266.679,46)
Total dos Atos Potenciais Passivos	(150.266.679,46)

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Movimento no Exercício
Execução de Obrigações	150.266.679,46	90.927.260,01	59.339.419,45
Contratos de Seguros	68.403,06	-	68.403,06
A Executar	2.502,00	-	2.502,00
Executados	65.901,06	-	65.901,06
Contratos de Serviços	139.003.328,30	83.051.035,37	55.952.292,93
A Executar	32.339.047,74	44.541.864,53	(12.202.816,79)
Executados	106.664.280,56	38.509.170,84	68.155.109,72
Contratos Fornecim. de Bens	11.194.948,10	7.876.224,64	3.318.723,46
A Executar	3.242.390,41	3.235.127,29	7.263,12
Executados	7.952.557,69	4.641.097,35	3.311.460,34

5.5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

É elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.01.01 – Disponibilidades Financeiras, segregado por fonte/destinação de recursos e permite a análise coletiva ou individualizada, especialmente dos recursos com que possuem destinações específicas

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual
ORDINÁRIA	(929.143,54)
Tesouro do Estado (Fonte 1)	(4.879.865,58)
Recursos Próprios (Fonte 4)	3.950.722,04
VINCULADA	58.924.100,94
Operações de Crédito (Fonte 7)	5.592.297,18
Outras Destinações de Recursos (Fontes 4)	53.331.803,76
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	57.994.957,40

21

Acrescentamos que o Total das Fontes de Recursos no Exercício Anterior era de R\$ 19.973.757,73 e, em relação ao Exercício Atual, registramos a variação de R\$ 38.021.199,67, gerada pelas seguintes razões:

- Maior utilização dos recursos disponíveis em 2020, tais como: recursos próprios, da Câmara de Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar/BID; e
- Especialmente, pela reclassificação dos recursos de compensações ambientais, entre Contas Contábeis, no total de R\$ 41.218.474,88, com débito da Conta 218.913.300 - Transferências Orçamentárias de Convênios com Entidades Federais, Estaduais, Estrangeiras e Outras, e crédito na Conta 821.110.101 – Disponibilidades Financeiras, envolvendo os recursos depositados em contas específicas nesta Fundação por: AutoBAn, DERSA, ECOVIAS, TRANSPETRO, CBA, Cond. Acqua Riviera e Consulado Britânico.

6. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As Variações Patrimoniais devem ser reconhecidas pelo Regime de Competência Patrimonial, visando: garantir tempestivamente o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades públicas; conduzir a contabilidade pública vigente aos padrões internacionais; e, ampliar a transparência sobre as contas públicas atendendo às demandas da Sociedade.

Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada:

22

Exercício atual	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	175.337.331,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	49.704.776,66
Venda de Mercadorias	35.268.797,33
Venda de madeira e resina	14.666.275,60
Doação de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)/CMV	20.424.021,73
Aquisição de Bens de Estoque	178.500,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.435.979,33
Gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes.	1.524.695,67
Outorga por concessão de espaço - PE Campos do Jordão	138.118,60
Serviços na gestão de UCs: ingressos, hospedagens, mergulho, rafting, entre outras	1.022.184,90
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	11.750.980,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.580.235,43
Descontos Financeiros – na aquisição de veículos	34.280,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras de rec. próprios da Fundação, Convênios, CCA e Serra do Mar	1.545.955,43
Transferências e Delegações Financeiras Recebidas	42.869.866,75
Transferências Intragovernamentais para Custeio - CCA	30.825.906,53
Transferências Intragovernamentais para Investimentos - CCA	11.710.834,86
Incorporações/Doações Recebidas de Bens Móveis	333.125,36
Incorporações de Bens e Doação de veículos e equipamentos	333.125,36

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	81.182.452,24
499.000.000 – Diversas variações patrimoniais	495.340.800,61
499.610.505 – Restituições de assistência médica	20.492,73
499.610.514 – Reembolso de telefone/rec eventuais	9.826,73
499.610.519 – Classificação de exercícios/com.amb	41.217.750,77
499.619.901 – Indenizações de comp. Ambientais	750,00
499.919.801 – Financeiro	3.703.212,30
499.919.851 – Permanente	16.851.091,46
499.920.201 – Incorp e desinc de saldos/bx Uniforce	862.202,32
499.920.101 – Corresp. Débitos Internos/Anexo 13	432.675.474,30
399.000.000 – Diversas variações Patrimoniais	-414.158.348,37
399.910.380 – Sentenças Judiciais/atualização PGE	-2.428.905,33
399.910.401 – Restituições (CCA e Petrobras)	-1.322.262,99
399.918.201 – Indevida Incorporação	-200,00
399.918.480 – Baixa de outros direitos/Intangível	-51.423,17
399.918.580 – Diversas incorporações/prov conting	-878.836,19
399.919.801 – Financeiro	-16.851.091,46
399.919.851 – Permanente	-3.703.212,30
399.920.101 – Corresp.Créditos Internos/Anexo 13	-385.160.716,94
399.920.480 – Restituição ao IF	-3.761.699,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	153.738.466,57
Pessoal e Encargos	36.022.506,26
Folha Salarial	27.531.774,73
Encargos (INSS, FGTS e SP-Prevcon)	8.394.432,47
Rescisões contratuais	96.299,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.048,27
Auxílio creche	2.048,27
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	71.354.231,81
<u>Consumo</u> : combustíveis e diversos materiais de consumo e <u>Transportes</u> : passagens aéreas, locação de veículos e aeronave, vale-transporte e demais despesas de transportes	2.454.777,29
<u>Serviços</u> : diárias, jeton, utilidade pública e serviços de vigilância, portaria, limpeza, monitoria ambiental, benefícios (assistência médica e bilhete-refeição), manutenção de prédios, veículos, embarcações, aeronave e equipamentos e demais serviços necessários à gestão das unidades de conservação.	68.893.705,60
Depreciação, amortização e exaustão – Software	5.748,92
Transferências e Delegações Concedidas	21.648.078,00
Transferências Intragovernamentais – doação helicóptero	21.648.078,00
Desvalorização e Perda de Ativos	119.532,09
Furto, roubo, extravio – perdas involuntárias de bens	119.532,09
Tributárias	8.739,16
Taxa de uso de recursos hídricos	2.094,69
COFINS e PASEP	6.644,47
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos	20.602.521,73
Doação de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)	20.602.521,73
Outras Variações Patrimoniais Diminutiva	3.980.809,25
VPD de constituição de provisões de férias e encargos	3.980.809,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	21.598.864,51

23



7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, como segue:

- 7.1. **Receitas:** fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- 7.2. **Desembolsos:** são as despesas de pessoal, custeio e de investimentos, pagas durante o período das demonstrações contábeis, ou seja, aquelas empenhadas e pagas no exercício, bem como o pagamento daquelas de inscritas em restos a pagar; e
- 7.3. **Saldo de caixa** na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	VALOR
Receita Patrimonial	1.662.814,27
Receitas Imobiliárias: Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes, bem como outorga da concessão de Parque	1.524.695,67
Outorga da Concessão de Parque Estadual	138.118,60
Receita Agropecuária	14.666.275,60
Receita da Produção Vegetal do Estado: venda de madeira, resina e mudas	14.666.275,60
Receita de Serviços	43.599.071,59
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, mergulho, rafting entre outras	1.022.184,90
Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	11.750.980,16
Receita Intraorçamentária de Custeio – CCA	30.825.906,53
Remuneração das Disponibilidades	1.545.955,43
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	1.545.955,43
Outras Receitas Derivadas/Originárias	11.741.904,32
Restituições do Estado (assistência médica e outras eventuais)	31.069,46
Receita Intraorçamentária de Investimentos - CCA	11.710.834,86
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	73.216.021,21
Outros Ingressos Operacionais	47.514.757,36
Transferências Recebidas Indep Exec Orçamentária – Anexo 13	47.514.757,36
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	47.514.757,36
TOTAL DE INGRESSOS (I)	120.730.778,57

24

DESEMBOLSOS (II)	Pagas em 2020	Pagas de RP 2020	
Pessoal/Out Despesas	(97.861.328,72)	(14.274.788,54)	(112.136.117,26)
Pessoal	(34.969.254,42)	(769.988,66)	(35.739.243,08)
Custeio	(62.892.074,30)	(13.504.799,88)	(76.396.874,18)
Transferências Concedidas (Intragov) FF ao IF			(3.967.655,07)
Outros Desembolsos Operacionais			(537.039,32)
Variação Extraorçamentária – Anexo 13			(477.175,31)
Variação em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			(59.864,01)
TOTAL DE DESEMBOLSOS OPERACIONAIS (II)			(116.640.811,65)
Fluxo de Caixa Líquido das Ativ. Operacionais (III = I – II)			4.089.966,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
DESEMBOLSOS	Pagas em 2020	Pagas de RP 2020	
Aquisição de Ativo Não-Circulante	(9.035.236,73)	(2.850.970,45)	(11.886.207,18)
Investimentos	(9.035.236,73)	(2.850.970,45)	(11.886.207,18)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (IV)			(11.886.207,18)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (V = III + IV + V)			(7.796.240,26)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL			80.304.078,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL			72.507.838,64

25

8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é destinada a evidenciar, em determinado período, a movimentação (aumento ou redução) das contas que integram o Patrimônio da Entidade.

Contas – Especificações	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 01.01.2019	43.598.230,15	93.615.316,64	137.213.546,79
Superávit do Exercício	-	5.508.216,17	5.508.216,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	6.755,40	6.755,40
Saldos em 31.12.2019	43.598.230,15	99.130.288,21	142.728.518,36
Superávit do Exercício	-	21.598.864,51	21.598.864,51
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	614.806,15	614.806,15
Saldos em 31.12.2020	43.598.230,15	121.343.958,87	164.942.189,02

Assim, dentre os itens demonstrados no Patrimônio Líquido da Fundação Florestal de R\$ 164.942.189,02, destacamos o Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e os Resultados Acumulados de R\$ R\$ 121.343.958,87,



sendo que o Resultado do Exercício foi de R\$ 21.598.864,51 e os Ajustes de Exercícios Anteriores, relativos aos cancelamentos de restos a pagar, no valor de R\$ 614.806,15.

9. Imposto de Renda

A Fundação Florestal por ser uma Entidade sem fins lucrativos, é isenta do Imposto de Renda e Contribuição Social.

10. Pandemia Coronavírus – COVID-19


Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, a diretoria da Fundação, durante todo o exercício de 2020, adotou as medidas e legislações preventivas estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, no enfrentamento da pandemia do Coronavírus – COVID 19.

Registramos que, durante o exercício de 2020, mesmo com os desafios da queda de receitas em razão do fechamento do Parques Estaduais, do preço do quilo de resina praticado no mercado e da Transferência do Superávit Financeiro de Recursos Próprios, apurado no exercício de 2019, em cumprimento a Lei Estadual nº 17.293/2020, que estabeleceu medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas, bem como da restrição de novos projetos a serem apresentados e submetidos à aprovação da Câmara de Compensação Ambiental, que optou por prosseguir com a execução dos planos de trabalho em andamento, nenhum outro efeito relevante foi registrado, devido à crise da pandemia, e nem registramos nenhum fato negativo sobre as atividades da Fundação Florestal que fechou o exercício com equilíbrio orçamentário e financeiro.

A fim de assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores e de terceirizados, minimizar a propagação do vírus e os efeitos dessa pandemia, assim como garantir a continuidade das atividades desta Fundação, na gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo, foram implementadas as seguintes medidas preventivas: afastamento dos colaboradores com mais de 60 anos e/ou pertencentes ao grupo de risco, isolamento social dos seus colaboradores, por meio do teletrabalho, antecipação das férias dos colaboradores com período aquisitivo completo e manutenção do programa de férias para os próximos meses, reuniões administrativas e operacionais por videoconferência, manutenção das atividades essenciais de proteção das unidades de conservação e o fechamento dos parques estaduais ao público visitante, além da suspensão e/ou a redução de contratos não essenciais, em consonância com as legislações vigentes sobre a pandemia da COVID-19.

Em observância às legislações vigentes, as políticas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, adotadas ao longo do ano de 2020, continuam sendo aplicadas em 2021, por meio do fechamento de Parques Estaduais, cancelamento de eventos e viagens – exceto àquelas de caráter essencial, foco na higienização e limpeza de áreas, práticas de teletrabalho e reuniões remotas, entre outras.

Até a data do fechamento das demonstrações contábeis, destacamos, também, fora do contexto operacional, como evento subsequente, a continuidade da pandemia do Coronavírus - COVID-19, com reflexos em escala mundial e, certamente, com impactos na Administração em alguma extensão. Contudo, neste momento, ainda não é possível mensurar os seus efeitos econômicos para o presente exercício.



MÁRIO DO AMARAL ALVES
Contador – CRC - 1 SP079721/O-9



NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO
Diretora Administrativa Financeira



ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Gerente Financeiro



RODRIGO LEVKOVICZ
Diretor Executivo